

O Feminismo no

REF: Depois de 20 anos de luta feminista, quais são os ganhos reais das mulheres?

Hildete Pereira: Uma das questões que estavam postas nos anos 70, quando o movimento reinicia, retomando o fôlego da luta sufragista de 40 anos antes, era a mudança na Constituição. Na Constituição de 88 houve um ganho real, embora o cotidiano das mulheres tenha mudado pouco.

Angela Borba: Acho que esse foi, de fato, um saldo importante desse período, embora com restrições, pois a maior parte dos artigos não está regulamentada, o que gera ainda problemas enormes. Todos os artigos da Constituição que envolvem a Previdência Social estão pendentes. Os projetos de lei que tentavam regularizar a situação das empregadas domésticas e das trabalhadoras rurais não foram apreciados. Porém, houve desdobramentos positivos nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas que permitiram conquistas que não haviam sido contempladas na Constituição Federal.

REF: Os conselhos também podem ser considerados um ganho?

AB: Claro, os Conselhos deram visibilidade à discriminação que as mulheres sofrem, ainda, neste país. O reconhecimento pelo Estado foi o primeiro passo para se pensar em políticas públicas que atendam à população feminina e numa coisa que hoje se fala como se fosse corriqueira: planejamento de gênero.

REF: A rigor, o PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), a primeira grande política pública voltada para as mulheres, é anterior à criação dos conselhos.

AB: Embora o PAISM já tivesse sido elaborado antes, pelas feministas, sua disseminação pelo país se dá com a atuação do Conselho Nacional e com os desdobramentos dos Conselhos Estaduais e Coordenadorias. Mas há um outro aspecto. Eu não restringiria nossos ganhos reais a ganhos legais, formais, constitucionais, apenas.

Brasil de hoje ¹

¹ Participaram, pela *Revista Estudos Feministas*, Lena Lavinas, Maria Luiza Heilborn e Blija Sorj. A idéia deste debate foi-nos inspirada pela realização do dossiê anterior, intitulado *O Feminismo Hoje* (vol. 2 n° 3/94), que tratou da questão em nível internacional. Para refletir sobre o feminismo no Brasil de hoje, organizamos uma mesa-redonda no Rio de Janeiro, com colegas dessa cidade apenas. Infelizmente, Rosiska Darcy de Oliveira, convidada, não pôde comparecer.

HP: De fato, houve uma mudança cultural nesse país em relação à questão feminina. Nos anos 70, a gente pra dizer que era feminista tinha sempre que fazer uma ressalva. Hoje já não é mais assim. Essa é uma mudança real.

Jacqueline Pitanguy: Qual a idéia de realidade que está embutida na pergunta? Eu queria começar com alguma coisa que antecede ao PAISM, ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais, que é uma mudança de atitude de parcela significativa de mulheres em relação a essa imagem do feminismo na sociedade brasileira. Nada disso, sem dúvida, teria acontecido e se sustentado, não fosse o surgimento de uma nova identidade social de mulheres. Eu também tenho cada vez mais dificuldade em tratar dessa categoria **mulher** de forma homogênea, mas o fato é que mulheres de todos os matizes sociais perceberam essa nova identidade, essa nova posição.

Essa nova realidade reflete uma mudança de auto-percepção e de percepção social da posição da mulher. Ainda que contraditória, é moderna em muitos sentidos. Quanto aos ganhos no nível de legislação, que são ganhos e frustrações ao mesmo tempo, não deixam de ser relevantes. Por exemplo, o Conselho teve um papel de transformação social, embora num país em que se faz hoje e se desfaz amanhã.

Para ilustrar tal instabilidade, extensiva a toda a sociedade, podemos citar o momento em que o CNDM conseguiu alcançar 250 mil escolas da rede pública com um programa chamado *Debatendo na Escola o Papel da Mulher na Sociedade* e que parecia que ia funcionar, que estava lá para sempre porque era ligado à rede municipal, porque tinha uma estrutura própria e não dependia de recursos federais. Entretanto, com a desestruturação do CNDM, o programa não teve prosseguimento. Então acho que a idéia de realidade não deveria estar atrelada à idéia de continuidade.

HP: Não concordo com Jacqueline. Entendo que

o ganho real tem que ser algo tangível, permanente. A questão da lei é tangível, é uma luta feminista de 20 anos. Só que muitas coisas mudaram sem uma intervenção direta do feminismo. Passamos de 11% da força de trabalho em 1970 para 39% hoje. Isso é um dado real. As mulheres foram para a rua, para a vida pública, ganhar o pão de cada dia.

JP: Mas isso não foi por causa dos Conselhos ou Coordenadorias, ou do próprio movimento feminista.

HP: É verdade, mas as coisas caminham juntas. A luta feminista veio dar legitimidade aos anseios das mulheres de trabalharem fora de casa. Para pegar o exemplo do mercado de trabalho, algumas colocações das convenções de trabalho e algumas demandas de mulheres trabalhadoras antecedem até o surgimento do movimento que se auto-intitula feminista no Brasil. Elas estão ligadas a uma luta de valorização social da mulher. Vejo a coisa muito mais como uma confluência e, dentro disso que você falou, uma luta especificamente vai dar inteligibilidade e visibilidade a processos que são muito mais amplos do que a luta feminista.

REF: A luta por direitos que repousa no ideal de igualdade entre homens e mulheres tem sido criticada por não reconhecer o direito à diferença. Esse debate teórico tem com certeza implicações estratégicas para o movimento feminista brasileiro. Quais seriam essas implicações?

HP: Esta questão da diferença me traz dúvidas. Diferente nós somos biologicamente. Então, o que é a natureza feminina? Não sei. O meu biológico já estava definido quando nasci... Com relação à maternidade, somos diferentes. Quais são as outras diferenças? Somos menos agressivas? Mais doces? Mais submissas? É isso a diferença?

JP: Eu queria distinguir a questão da igualdade da questão da equidade. Quando se fala de igualdade, fala-se de anulação das diferenças. Falar de equidade significa possibilidade de justiça, se quisermos usar um outro conceito, embora reconhecendo as diferenças. A luta do movimento feminista, como hoje vejo, procura justamente construir politicamente a diferença, razão pela qual pode pregar a equidade.

REF: O debate sobre a diferença, pelo menos no contexto francês, apareceu numa discussão em que a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho teria feito com que elas partilhassem de um mundo masculino. E que o direito à diferença era imaginar que havia toda uma cultura feminina que estava ligada ao privado, aos sentimentos, à subjetividade, à maternagem etc. Isso faria com que a luta feminina não mais focalizasse exclusivamente o plano dos direitos formais - acesso ao trabalho, não discriminação na carreira, direito de voto e

elegibilidade etc. -, mas que contemplasse uma dimensão referida a essa cultura feminina.

JP: Eu não estou muito a par do debate francês, mas do debate americano, que eles chamam de Radical Feminism. Aí você cai na idéia de essência, você leva essa idéia da diferença que transcende a História, e cai, então, numa espécie de essência metafísica. Tenho uma diferença ideológica com essa visão da diferença. Portanto, eu não me sinto comungando com o Radical Feminism, que é aquele feminismo que reconstruiu uma idéia do absoluto, uma idéia da transcendência da História, a partir, nesse caso, de uma essência feminina com conseqüências políticas complicadas. Sinto-me mais próxima de um outro feminismo. Minha experiência nos EUA foi no eixo Nova Iorque-Nova Jersey. Eu pertencia a um grupo de ativistas, no campo dos direitos humanos e direitos da mulher. Era um grupo bastante particular. Havia toda uma tentativa de tornar a questão da mulher uma questão geral. A grande agenda, o grande desafio, já não era particularizar a questão da mulher, mas fazer com que a perspectiva de gênero estivesse presente em qualquer agenda, não só nacional como internacional. Se você está debatendo violência, tem que levar para o debate sobre violência a questão da perspectiva de gênero e não construir um debate sobre gênero e violência. O mesmo em se tratando de trabalho, meio ambiente etc.

REF: Como é que você vê isso no Brasil?

JP: Aqui, pelo contrário, percebo a reconstrução de pequenos guetos: mulher e meio ambiente, mulher e violência, mulher e saúde. Quer dizer, em vez de colocar uma perspectiva de gênero nas diferentes questões, particulariza-se o tema. Para mim, quando se constrói um campo particular, admite-se uma essência. Esse feminismo é tão essencial e intraduzível em termos de uma lógica mais geral que ele se torna uma arena particular de conhecimento, de luta, de estratégia, de agenda. É óbvio que aqui no Brasil os caminhos de construção do feminismo sempre foram completamente diferentes. O feminismo se construiu no bojo de uma luta contra a ditadura, por direitos sociais, por justiça social. No Brasil, tais características não são tão agudizadas, tão marcadas como eu pude perceber nos Estados Unidos.

HP: Discordo. De 1975 a 1980, a estratégia de particularizar o campo foi importante porque chamou atenção para a especificidade da questão feminina. No meio da luta pela democracia, a gente colocava a nossa especificidade, o que até nos protegia da repressão. Hoje a questão está sendo colocada em outros termos. A perspectiva da especificidade perdeu seu valor estratégico e se transformou na questão da essência feminina. Existe uma nova agenda que está

sendo construída a partir dessa visão. Mas ela ainda não é vitoriosa.

REF: Mas há um discurso feminista hoje que atribui às mulheres compromisso prioritário com a ética, o anti-belicismo, a defesa do meio ambiente, a solidariedade, a compaixão. Como isso pode se desdobrar em uma agenda política?

AB: Quais são os efeitos perversos desse ideal essencialista num país pobre, subdesenvolvido, com milhares de contradições? A grande contribuição do movimento tem sido essa capacidade de ter uma acuidade histórica muito grande, uma idéia de circunstância, negociação, aliança, que as feministas brasileiras aprenderam e aprimoraram. E que, indiretamente, o essencialismo condena. O feminismo no Brasil conseguiu lidar bem com a idéia do bem e do mal, do justo e do injusto. Nós admitimos a ambigüidade na relação entre as pessoas. A idéia de essência, ao contrário, traz o absoluto. Essa coisa horrível dos extremos, de bem *versus* mal que essa idéia da essência instaura, não prevalecia antes. Hoje, esses julgamentos absolutizantes se manifestam o tempo todo no movimento. Qualquer ação tem uma espécie de julgamento em nome do bem ou do mal. O que não tem fundamento político.

HP: Quería fazer uma observação. A ECO-92 deu bastante ênfase a esse discurso. Desenvolve-se, assim, uma corrente que começa a trabalhar com a construção da diferença. A igualdade que queremos é perante a lei; "diferentes mas não desiguais" era o nosso lema na Constituinte. Entretanto, nós não tínhamos elaborado com suficiente clareza o que eram nossas diferenças realmente.

AB: De fato, havia uma alternativa para o artigo da Constituição que diz "somos iguais perante a lei": "homens e mulheres devem ser iguais perante a lei sim, porém há de se reconhecer desigualdades históricas, cabendo ao Estado agir sobre essas desigualdades". Esse debate floresceu mais em alguns espaços políticos em que as mulheres são forçadas, por contingências da própria militância, a debater com os homens. Por exemplo, os espaços sindicais e partidários. Nós não soubemos, à época, avallar o alcance desta formulação. *Tivéssemos nós afirmado não só o princípio da igualdade, mas também a necessidade de reparar discriminações históricas, teríamos deixado as portas abertas para um conjunto de leis de ação afirmativa ou discriminação positiva.*

HP: Acho que a nossa diferença é com relação à maternidade. E isto exigiria uma agenda específica. Por que? Porque ter filho é socializá-lo sozinho como nós fazemos. Esta é uma questão na qual nós não consegui-

mos mover uma palha. Não conseguimos que o Estado brasileiro aumentasse o suprimento de creches ou implementasse cozinhas coletivas. As mulheres foram em massa para o mercado de trabalho e não têm como resolver esse problema. A maternidade é uma questão que está posta e sem solução. Nós talvez tenhamos que ter algumas regalias por conta dessa diferença.

AB: Eu acho que outras diferenciações também se justificam: trabalho noturno, aposentadoria diferenciada por tempo de serviço e idade fazem sentido num quadro concreto onde certas atividades recaem sobre as mulheres. Algumas dessas proteções se justificam por causa de uma situação geral do país, na qual as mulheres desfrutaram pouco e mal das vantagens do mercado de trabalho.

REF: A prática feminista no Brasil tem apresentado no final dos anos 80 e início dos 90 uma dinâmica nova quando comparada às décadas anteriores. Algumas dessas mudanças podem ser identificadas no rápido crescimento das ONGs feministas, numa grande especialização temática e formação de redes - saúde, direitos, meio ambiente -, numa forte participação em fóruns nacionais de discussão e numa presença significativa nos aparelhos de Estado e outros. As perguntas são duas: 1) O debate sobre a representação do movimento sempre foi uma questão delicada no sentido de recusar as formas hierárquicas de participação, o que se caracterizou como democracia radical. Mas se ela foi inspiradora do movimento feminista nos seus primórdios, hoje a proposta prática institucionalizada do feminismo exige um repensar. Como fica a questão da representação nesse caso? 2) Esse processo de institucionalização e profissionalização da prática feminista pode ter como consequência o isolamento dessas feministas do movimento e de seus problemas. Como vocês avaliam essa questão?

HP: Sobre o problema da representação do movimento feminista temos que remontar à história dos anos 70 quando se renegava a liderança nos grupos de reflexão. Na realidade a gente só dizia que não tinha liderança. Tivemos muita dificuldade em reconhecer isso e viver essa experiência. A gente brigava com a mulherada que vinha do movimento político propriamente dito por causa da cisma de que tinha que ter coordenador, plenárias e a gente vinha com a democracia radical. Hoje o problema é quem representa quem. Eu acho que as ONGs não representam o movimento feminista. Agora todo movimento político tem que ter uma institucionalização - é inevitável. Tal qual existem profissionais da política, dentro dos partidos, as ONGs são um espaço de profissionalização das feministas. Mas agora não dá para elas falarem em nome do

movimento, mesmo porque, quando se faz uma reunião política - por exemplo o 8 de março -, elas estão ausentes. Na medida em que você se profissionaliza, você não vai brigar na rua, nem vai à manifestação.

AB: Eu acho que a questão não se reduz às ONGs. É uma conquista, por um lado, você ter espaços profissionalizados, a possibilidade de aprofundar determinadas questões. Mas ocupamos vários outros espaços, como o da Academia, o que veio inclusive respaldar um discurso mais qualificado da situação das mulheres no país. Foi criada uma multiplicidade de espaços de atuação que não existia há 15 anos. Isso significou uma conquista importante. Por outro lado, houve dispersão. A gente não conseguiu estar neste espaço e ao mesmo tempo manter uma força mobilizadora para atuar em circunstâncias em que é necessária pressão política. Se houvesse revisão constitucional agora nós efetivamente correríamos muitos riscos. É flagrante o contraste com 87, quando colhemos assinaturas em cada esquina desse país, dessa cidade. Fizemos emendas populares sobre "n" assuntos. Produzimos debates, seminários em sindicatos. O "lobby do batom" não existiu só em Brasília, existiu disseminado pelo país inteiro. É da ausência dessa força mobilizadora que me ressinto mais nesse processo; a responsabilidade não necessariamente recai sobre o fenômeno de profissionalização das feministas nas ONGs.

JP: O que está acontecendo no Brasil não é tão particular. Em vários países, a desmobilização popular é muito grande. Apesar do vigor do movimento feminista, certas conquistas desaceleram a mobilização. Isso se agrava no Brasil, onde há um processo de descrença generalizada, num contexto geral muito negativo com relação a grandes mobilizações populares, de homens e mulheres.

Até me surpreende o vigor que ainda existe. Um exemplo foi o encontro nacional Mulher e População, que para surpresa de todo o comitê organizador levou mais de 500 mulheres ao Congresso Nacional (1993), participando ativamente no processo de discussão, com uma energia realmente impressionante.

Wania Sant'anna: Gostaria de lembrar que a institucionalização não é uma particularidade do movimento de mulheres. Vários outros segmentos do movimento social também estão passando pelo mesmo processo. Ora, não se sabe também até que ponto a desmobilização na verdade tem sido responsável pela institucionalização ou o contrário.

Grandes causas têm atraído poucas pessoas. A ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida é bem sucedida porque você participa de pequenos grupos, fazendo ações muito concretas. Não se trata de

nenhuma associação de moradores, de produtores ou de consumidores. A razão disso é a situação de empobrecimento da população que na verdade toma o tempo das pessoas em outras atividades de sobrevivência que não são político-organizativas. Essa situação de crise econômica provoca perdas de conquistas elementares, o que acarreta desmobilização.

No que diz respeito à organização das mulheres de 88 pra cá, Constituinte e revisão, é fato o desaparecimento do CNDM como núcleo aglutinador junto ao Congresso Nacional.

JP: Voltando à questão de representação, autoridade, hierarquia, ou disciplina, gostaria de mencionar minha experiência no Conselho. No momento da crise do CNDM, tive que aguardar um mês até que a consulta às bases se concluísse autorizando minha renúncia do cargo de presidenta. O CNDM foi um exemplo de trabalho coletivo aliando eficiência profissional e mandato de representação. Não se deve confundir profissionalismo com ausência de democracia.

As ONGs de mulheres que estão aí tentando se organizar buscam também eficiência e produção. A legitimidade delas é o trabalho, o seu capital é a qualidade do trabalho. Procuram ouvir as demandas. Você pode pertencer a uma ONG com maior ou menor legitimidade e até mesmo ali estar como parte de algum movimento. Repito, não creio que ONGs representem o movimento.

HP: É importante salientar que as ONGs surgem e se desenvolvem no vácuo do Estado, que se retira por falência, falta de financiamento. Assistimos a uma destruição do Estado no Brasil, e no resto da América Latina, num contexto neoliberal de novas relações Norte/Sul. Com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, não há mais ameaça do comunismo. Então agora o Sul ameaça o Norte com população, tráfico de drogas, armas nucleares, violência. O financiamento das ONGs passa por organizações do Primeiro Mundo preocupadas com esses problemas que são problemas que o Sul pode transferir para o Norte. O Norte preocupado com isso financia as ONGs, que se formam dentro dos movimentos sociais para atender àquele determinado tipo de problema que o Estado brasileiro e latino-americano não está conseguindo solucionar.

REF: Quando falamos de profissionalização não estamos nos referindo apenas a eficiência, mas ao fato de mulheres fazerem do feminismo uma profissão e, portanto, acumularem informação, contatos políticos e circulação internacional. Qual o impacto desta nova categoria no movimento de mulheres?

AB: Há situações em que as ONGs falam em

nome do movimento, e acho que não deveriam. Elas acumulam uma quantidade enorme de informação no seu cotidiano de trabalho e a socialização disso é difícil. Isso faz com que se criem realmente duas instâncias dentro do movimento. Surge um corpo de pessoas que tem condições de falar sobre determinados temas, e aprofundá-los e tal, e um outro que não. Eu não excluo do movimento quem está em ONGs. O problema é como se pode transformar isso numa força mobilizadora.

Preocupa-me o fato de as ONGs surgirem no vácuo do Estado. E eu me pergunto: como fica o movimento quando vai para a rua reclamar do Estado, pedindo por políticas públicas, se nós temos ONGs agora ocupando esse espaço? Com um órgão público eu posso chegar e cobrar. Eu não posso cobrar de ONG nenhuma. No máximo dizer: "gosto do teu trabalho, não gosto do teu trabalho". Agora, do Estado eu cobro. Embora ache ótimo ter mulheres profissionalizadas, vejo com cautela a atuação das ONGs, sobretudo pela natureza do vínculo entre o movimento e elas. O movimento feminista no Brasil sempre colocou como seu interlocutor o Estado. Queremos direitos. Queremos a Constituição, queremos um Estado justo, atuante. A dinâmica das ONGs curto-circuita a possibilidade de se continuar tendo este Estado como interlocutor. É verdade também que às vezes as ONGs facilitam. Por exemplo, a CEPIA como membro de um comitê organizador em uma experiência - o processo da Carta de Brasília e a preparação de mulheres brasileiras com relação a políticas de população - teve um papel positivo que reviveu, para muitas de nós que fomos ali, momentos do CNDM. Um outro exemplo é a ONG que faz pesquisa. Levantar dados, buscar correlações e distribuir esse material ajuda o movimento. Esse deveria ser o objetivo fundamental das ONGs.

WS: Podemos dizer que as ONGs têm exorbitado em determinados papéis; elas deveriam se restringir ao papel de assessoria ao movimento social. Por exemplo: creio que a Rede Mulher e o SOS prestam assessoria na periferia, e é isso, na verdade, que você relata junto às agências, seu papel de assessoria em diversas áreas: saúde, sexualidade, violência... As ONGs são organizações prestadoras de serviços e as pesquisas que fazem estão absolutamente atreladas às demandas.

REF: Mas quando uma ONG distribui contraceptivos ou monta um serviço de atendimento ginecológico: isso é uma assessoria ou é uma função do Estado?

JP: O próprio conceito de Estado mudou, ocorreram mudanças históricas que levaram ao questionamento do seu papel. Quem é que o quer? Eu não quero mais aquele Estado capitalista, gigantesco, burocrático,

brasileiro, construído pelos militares. Em um determinado momento era progressista apoiar aquela idéia de Estado Intervencionista. Ao mesmo tempo, foi nesse momento, o da ditadura, que os grandes quadros foram para o Estado.

WS: Nada substitui o Estado quanto ao alcance de certas ações de políticas públicas. A maior ONG do mundo não é capaz de fazer um programa que um Estado bem orientado poderá fazer no nível nacional. Há uma intuição que diz que em determinados fóruns as representantes de ONGs não falam individualmente ou, pelo menos, o seu interlocutor não pressupõe isso.

REF: Mas não falam do mesmo lugar, porque elas falam enquanto indivíduos, enquanto a pessoa representante de uma ONG acaba por ter uma voz diferenciada porque se supõe portadora de alguma legitimidade superior: ela fala em nome das pessoas que trabalham na sua ONG e também pelos grupos que atende. Vocês concordam com essa percepção?

WS: Eu concordo, eu acho que é um nó. O fato é que as ONGs têm ocupado um espaço que na verdade no passado pertencia única e exclusivamente ao movimento de mulheres. Um exemplo disso é a próxima conferência de Beijing. Até o presente momento o movimento de mulheres não vai participar. Vão participar as ONGs credenciadas no sistema das Nações Unidas.

JP: Não é só ONG que confere autoridade para falar. Também confere imensa autoridade a posição na Academia de muitas feministas, que também traz tensões de representação com o movimento de mulheres.

REF: Algumas feministas têm chamado a atenção para o fato de o movimento feminista brasileiro se colocar nos últimos anos a reboque das agendas e discussões propostas pelas conferências. Vocês concordam?

JP: Em 1985, quando houve a III Conferência Mundial de Nairóbi, uma das metas era a criação de mecanismos institucionais que promovessem o desenvolvimento da mulher no mundo. E foi "a reboque" - para usar a expressão - que houve legitimidade no Brasil para se criar um Conselho Nacional. As Nações Unidas sugeriam a implementação de uma Institutional Machinery. O Conselho era essa Maquinaria Institucional. Nós Instrumentalizamos essa idéia e legitimamos a criação de um Conselho Nacional, cujos estatutos já estavam sendo redigidos.

Da mesma forma, com a Conferência do México, em 1975, passamos a nos reunir no Brasil, e organizamos uma semana de debates sobre a mulher, a partir do chamado Ano Internacional da Mulher. Isso, no bojo da ditadura.

AB: Mas a pergunta que me faço é a seguinte: naquele momento, talvez a gente não tivesse força acumulada que legitimasse a iniciativa de criar o

Conselho. Nós nos apoiamos num documento que o Brasil ratificou. Será que continuamos, hoje, sem legitimidade pela nossa prática, pelas nossas conquistas, pelas transformações que de fato vêm ocorrendo e que nos permitiriam ter um discurso que não precisa se sustentar na, digamos assim, *formulação internacional desses direitos?*

JP: Eu acho que o processo de legitimação se dá através da reunião do maior número possível de vozes aderindo à tua agenda. Por exemplo, conseguir levar a mutilação genital a um fórum das Nações Unidas, passando por cima do relativismo cultural, é impor a nossa agenda às Nações Unidas. Quem está fazendo isso são as mulheres. São as feministas muçulmanas, africanas, brasileiras, americanas, européias; isso é agenda de mulher. No momento em que você tiver um ou dois delegados governamentais que incorporem a expressão "mutilação genital" já é uma vitória! Logo, a relação entre o movimento de mulheres, sua agenda e as conferências internacionais da ONU é uma via de mão dupla. Essa *démarche* não significa necessariamente estar a reboque, mas ser contemporâneo. Ademais, o que é agenda própria num mundo globalizado?

REF: Os encontros nacionais feministas eram o fórum onde esta agenda supostamente se construía. Mas esses fóruns foram esvaziados enquanto fóruns de proposição em benefício das agendas globais internacionais. Até que ponto eles se comunicam ou não?

JP: O que tem acontecido com os encontros nacionais feministas? Pergunto a vocês, porque no último encontro realmente não fui, mas ouvi comentários de que foi extremamente dispersivo. E isso não se deve ao fato de que se estivesse discutindo nenhuma agenda internacional. Eu acho que tem a ver muito mais com a dinâmica interna do próprio movimento de mulheres. Talvez fosse o momento em que o movimento estivesse ali para outras coisas e não para tecer uma agenda.

REF: Uma avaliação do último encontro nacional feminista - de Caldas Novas, em 1991 - é que ele se esvaziara por estarem as feministas sobrecarregadas por uma agenda de encontros internacionais, sobretudo aquelas integrantes de ONGs. O encontro, que era de dois em dois anos, agora passou, por razões econômicas, de crise ou de financiamento, a ter lugar a cada três anos. Isso seria um sinal do seu enfraquecimento.

WS: Concordo que existe uma predominância dessas agendas, dessas datas, dessas articulações nas quais estão sobretudo envolvidas as ONGs. O esvaziamento dos encontros nacionais, o esvaziamento dos encontros nacionais feministas no caso brasileiro está datado, vem de 1987, em Garanhuns, quando houve uma impossibilidade extrema de as feministas lidarem

com uma coisa chamada popularização do feminismo. Muitas feministas diziam: "Bom, eu venho aqui para tratar das questões feministas e essas mulheres dizem que são feministas, e aí você reconta tudo, recomeça tudo. Nossos espaços, nós perdemos". Houve uma impossibilidade de comunicação entre diferentes grupos de mulheres. Isso é um problema que não é brasileiro, é um problema latino-americano porque a mesma crítica se verifica também nos encontros feministas latino-americanos.

AB: Eu discordo da avaliação da Wania em relação ao que ela está chamando de esvaziamento dos encontros feministas. Eu acho que uma das coisas importantes desses últimos cinco ou dez anos do movimento feminista foi exatamente esta possibilidade de pararmos de ser nós - dos grandes centros urbanos, e com uma formação de classe média - as únicas feministas. Houve um processo de popularização. Pode-se não fazer uma bela passeata nas grandes cidades, mas em compensação tem coisas acontecendo no interior que não existiam.

Muitas das chamadas feministas históricas, envolvidas em outras atividades, consideram que não estão disponíveis para esse trabalho chamado de base. Há uma certa arrogância nessa visão, aliás equivocada, pois se aprende muito com as experiências dessas mulheres.

REF: A emergência de um movimento de mulheres negras é reflexo dessa diversificação de base social do feminismo no Brasil?

WS: Há três novidades: o movimento de mulheres negras, o reposicionamento das mulheres no interior das igrejas e a organização das mulheres trabalhadoras rurais. E quanto a essas últimas há que se reconhecer que jogam numa área difícil, do sindicalismo, da propriedade e da posse da terra. O movimento de mulheres negras recupera uma identidade não só de gênero, mas racial. Muitas mulheres, na verdade, passam primeiro por uma recomposição da sua identidade racial para chegar a sua identidade de gênero. Essa é uma grande novidade.

REF: O movimento de mulheres negras prioriza a questão racial e, secundariamente, a questão de gênero?

WS: Na impossibilidade de o movimento de mulheres perceber a questão racial como questão central na sociedade brasileira, nos fóruns onde se juntam mulheres brancas e não-brancas, polarizam-se as diferenças raciais. É impossível falar de desigualdade de gênero sem discutir a desigualdade racial. E nisso as mulheres negras também peltam uma briga imensa dentro do próprio movimento negro e têm conseguido respeitabilidade no seu interior. O movimento de mulheres negras tem sido capaz de se independentizar. Seu desafio é como manter relações com o movimento de

mulheres, por um lado, e o movimento negro por outro.

REF: No movimento de mulheres americanas, a grande oposição é entre as feministas negras e as feministas brancas. Esse é o divisor de águas hoje dentro do movimento, e aparentemente existe uma impossibilidade de negociação de estratégias comuns. O mesmo estaria acontecendo no Brasil?

WS: Bom, eu acho que aqui a situação é um pouco amenizada porque existe uma questão de classe social. Nos Estados Unidos, essa discussão foi secundarizada. Aqui, uma das grandes críticas das mulheres negras e da comunidade negra em relação à população branca é que esta tende a negar a especificidade étnica, subestimando-a frente à questão de classe. As desigualdades sociais não são só uma questão de classe. Tanto se falou da questão da auto-estima, da valorização da mulher, e se esqueceu da importância da auto-estima do ponto de vista racial. Este é um erro político e teórico dos mais graves, pois fomos todos subjugados às análises de classes. O movimento de mulheres brasileiras, o movimento feminista precisa repensar a discussão étnica. Precisa repensar, não! Precisa incorporar e entender com maior profundidade o que isso significa.

REF: E quais as dificuldades para fazer isso?

WS: A dificuldade é reconhecer que vivemos numa sociedade racista e que temos um monstro racista dentro de nós, mulheres negras, mulheres brancas. O racismo constitui prática diária e como tal precisa ser primeiro entendido para poder ser desmascarado. As mulheres negras têm tentado se organizar desde 1975, no interior do movimento negro. Mas, de fato, foi dentro de uma perspectiva de organização feminista que encontramos fôlego para nos organizarmos autonomamente. É importante dizer que o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras foi decidido dentro de um Encontro Nacional Feminista, em Garanhuns, Pernambuco, em 1987. Fizemos o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras (Valença, RJ, 1988) antes de o movimento negro ter feito o seu Primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras (São Paulo, 1991). Isso é um ganho histórico do movimento de mulheres. Sem dúvida, oficinas de trabalho e outras metodologias dos encontros do movimento de mulheres chegaram ao movimento negro. Deve-se valorizar o que há de positivo nessa relação. É uma relação ainda conflituosa, com muitas desconfianças de ambos os lados.

REF: Hoje no Brasil a questão dos direitos reprodutivos parece ser o divisor de águas do movimento de mulheres. Vocês concordam com isso?

JP: Em primeiro lugar, queria questionar a idéia de divisor de águas dentro do movimento. Eu prefiro dizer

entre as feministas. Acho que não há feminista que não esteja lutando por direitos reprodutivos. O que há é uma compreensão diferente da idéia de direitos reprodutivos. Para mim, direito reprodutivo implica autonomia decisória em relação à vida reprodutiva. Implica opção e também responsabilidade. Esta autonomia, contudo, só pode ser verdadeiramente exercida em um contexto de justiça social.

Outras feministas priorizam certos elementos dos chamados direitos reprodutivos às expensas de outros. Por exemplo: acredito que hoje em dia no Rio de Janeiro pouco se fala do aborto. São poucas as feministas que têm levantado a bandeira do aborto como uma questão inerente e fundamental dos direitos reprodutivos. Em compensação a problemática da esterilização é privilegiada. Nesse contexto pode emergir uma perspectiva essencialista que pode levar ao biologismo através da idéia da mutilação. E o aborto: é também um ato de mutilação? Nessa mesma lógica, seria. Portanto, há uma parcela de feministas que vai lutar contra a esterilização, sem se empenhar na luta pela descriminalização do aborto. Eu não diria que elas chegariam, digamos assim, a se somar às lutas anti-aborto, mas também não se pronunciam favoravelmente à sua descriminalização. Por aí, há uma divisão sim, que se traduz em agendas políticas diferentes. Mas tudo bem! Creio que o movimento também nunca caminhou homoganeamente.

Com relação à população, a parcela mais significativa das feministas brasileiras, envolvidas com a ECO-92, tem uma posição contrária a admitir a existência de políticas de população, privilegiando as chamadas políticas sociais. Dentro do Brasil, essa linha tem legitimidade, mas é minoritária internacionalmente. Os fóruns internacionais comprovam isso. É o caso da África, da Ásia e, na América Latina, o México, o Chile e a Argentina.

WS: Esse consenso em nível nacional com relação ao debate sobre políticas de população não existia e foi produzido como fato político por ocasião da Conferência do Hotel Glória.

AB: Discordo. Acho que tal posição já aparece na Carta de Brasília de 1993. No Brasil, a discussão sobre população se fez no bojo da discussão sobre meio ambiente, em razão da ECO-92. Por que as brasileiras só falam de população? Eu quero falar de meio ambiente e não quero que meio ambiente seja atrelado a população.

WS: Na ECO-92 houve uma divisão entre as ONGs, ficando o movimento de mulheres encarregado do tema da população, o que se chamou Agenda 21.

JP: Não é "politicamente correto" hoje falar em políticas de população. Mas devemos entender que políticas de população têm a ver também com fatores relativos a mortalidade, natalidade, variáveis demográficas,

migrações. Isso se denomina políticas de população. Nós devemos nos dirigir a essas políticas questionando não o conceito de população, mas o uso que dele tem sido feito por governos, agências privadas etc.

Nesse caso específico, acho que negar até o uso da expressão "política de população" em nome do "politicamente correto" é restringir, se isolar. Por outro lado, o que nós todas queremos são políticas sociais; é garantir condições de informação, acesso e decisão, enfim, e garantir aborto também.

WS: Não sou especialista no debate de direitos reprodutivos; este é um debate de especialistas. É uma discussão internacionalizada e cortada pelas diferentes posições de ONGs, e se você perde uma dessas grandes conferências você nunca mais se recupera.

Minha questão fundamental com relação aos direitos reprodutivos não é ter ou não ter filhos. É a sexualidade. Aí sim, a agenda internacional mudou o foco da análise, porque na discussão dos direitos reprodutivos não se fala da sexualidade. Estou me referindo a uma mudança absolutamente radical na forma como as pessoas, não só as mulheres, vivem a sua experiência sexual. Se não quero as mulheres esterilizadas, também não as quero tomando anticoncepcionais a torto e a direito. Se a discussão sobre sexualidade fosse desenvolvida a bom termo, direitos reprodutivos seriam o último ponto da tal da agenda.

REF: Você acha que a esterilização no Brasil tem atingido prioritariamente a população negra?

WS: O movimento de mulheres negras é contra as políticas de população. Porque as políticas de população historicamente tiveram nas populações não-brancas seu foco de ação. Existe uma determinada identidade cultural que não se deseja preservar através da História. E isso não é só uma questão de classe social, de pobreza.

De fato a população negra tem sido a mais atingida por ações genocidas. A maior delas, no caso brasileiro, é a miscigenação e a imigração em massa. Isso foi política pública engendrada pelo Estado nacional brasileiro nos seus primórdios. Isso não é discurso político, não é retórica. A política de imigração nacional esteve absolutamente voltada para o controle da população negra.

Veja, por exemplo, a propaganda do Elcimar Coutinho nos meios de comunicação da cidade de Salvador, com o maior contingente de população negra, mostrando uma criança negra com os seguintes dizeres: "defeito de fabricação". Outra propaganda mostrava uma mulher negra grávida, com a legenda: "Alguns choram de barriga cheia". Veja um estado como o Maranhão, com um enorme contingente de mulheres não-brancas esterilizadas! Por outro lado, sou contra a

idéia de pensar as mulheres negras como parideiras. Não quero um retorno ao período escravista, quando mulheres negras reproduziam para a comunidade do senhor ou para o dono de escravo. Então, não quero tampouco aquela imagem das mulheres negras continuando a parir crianças negras para poder recuperar a unidade negra perdida em algum momento do passado. Quero para as mulheres a possibilidade de fazerem outras coisas da sua vida que não seja criar filhos.

AB: Tenho um reparo a fazer na fala de Jacqueline quanto ao início do debate sobre população. A questão da população foi abordada pela Comissão de Direitos Reprodutivos da Assembléia Legislativa, quando se começou a discutir esterilização, portanto quatro anos antes da ECO-92. Constatou-se aí um processo de esterilização em massa. Constatamos que o governo nacional no mínimo era conivente, e no máximo co-autor na implementação dessa política com um sucesso estrondoso. Concordo com a Wania sobre o abandono da temática da sexualidade e discordo de Jacqueline quando adota um discurso liberal do direito de opção de cada indivíduo. Direito de opção do indivíduo tem que ser sempre relativizado quando se trata deste país e das condições em que vivem as mulheres. É democrático optar quando se tem condições de optar.

HP: Se compararmos o feminismo no Brasil com o resto do mundo, nota-se que a violência contra a mulher e o aborto foram os temas que organizaram as mulheres. Aqui no Brasil foi diferente, o feminismo esteve marcado pela luta da redemocratização do país, pelos direitos de cidadania e igualdade. Em 1975, ninguém falava de aborto. Só mais recentemente essa questão foi apresentada com força em função da agenda internacional e das políticas de população.

Aqui no Brasil resta uma outra problemática, que é a Igreja Católica e o seu poder sobre as instituições governamentais ligadas à saúde. De qualquer forma, acredito que, se fizéssemos um plebiscito, o aborto passaria porque a sociedade brasileira é muito permissiva. Depende de como a questão é formulada para a população. Se você perguntar "você é contra o aborto?", todo mundo é! Mas se você formula a pergunta da seguinte maneira: "você acha que uma mulher que pratica o aborto deve ir para a cadeia?", o **não** será uma unanimidade.

REF: Gostaríamos de encerrar o debate, agradecendo a participação e a disponibilidade de vocês. Esperamos que essa iniciativa de trazer questões polêmicas que caracterizam o estágio atual do debate feminista possa contribuir para que ele alcance maior vigor e presença no cenário brasileiro.